

CONSELHO DELIBERATIVO DO FUNDO DE AMPARO AO TRABALHADOR

ATA DA 108ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CODEFAT

DATA: 24 de fevereiro de 2011.

LOCAL: Sala de Reuniões, 4º andar, sala 433, Bloco F, Esplanada dos Ministérios.

PARTICIPANTES: Luigi Nese, Presidente do CODEFAT e Conselheiro Titular Representante da CNS; Carlo Roberto Simi, Conselheiro Titular Representante do MTE e Vice-Presidente do CODEFAT; Rodolfo Péres Torelly, Secretário-Executivo do CODEFAT; Marcus Pereira Aucélio, Conselheiro Titular Representante do MF; Leonardo José Rolim Guimarães, Conselheiro Titular Representante do MPS; Selmo Aronovich, Conselheiro Titular Representante do BNDES; Paulo Libergott, Conselheiro Suplente Representante do BNDES; Renato Antonio Henz, Conselheiro Suplente Representante do MAPA; João Luiz Guadagnin, Conselheiro Suplente Representante do MDA; Quintino Marques Severo, Conselheiro Titular Representante da CUT; Sérgio Luiz Leite, Conselheiro Titular Representante da Força Sindical; Ubiraci Dantas de Oliveira, Conselheiro Titular Representante da CGTB; Joílson Antônio Cardoso do Nascimento, Conselheiro Suplente Representante da CTB; Otávio Vieira da Cunha Filho, Conselheiro Titular Representante da CNT; José Carlos de Souza Abrahão, Conselheiro Titular Representante da CNS – Saúde; Plínio Sarti, Conselheiro Suplente Representante da CNTur; e, Alexandre Venzon Zanetti, Conselheiro Suplente Representante da CNS – Saúde. **Convidados:** Carlos Roberto Lupi, Ministro de Estado do Trabalho e Emprego; Aloizio Mercadante Oliva, Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia; e, Elias Nunes Dourado, Representante do FONSET.

1 Aos vinte e quatro dias do mês de fevereiro de dois mil e onze, no Edifício-Sede do Ministério do
2 Trabalho e Emprego, teve início a Centésima Oitava Reunião Ordinária do Conselho Deliberativo
3 do Fundo de Amparo ao Trabalhador - CODEFAT, sob a presidência do Conselheiro Titular
4 Representante da CNS, Sr. Luigi Nese. **I - ABERTURA:** O Presidente saudou a todos e, em
5 seguida, passou a palavra ao Ministro do Trabalho e Emprego, Sr. Carlos Roberto Lupi, e ao
6 Ministro da Ciência e Tecnologia, Sr. Aloizio Mercadante Oliva. O Ministro Lupi manifestou sua
7 satisfação em receber a visita do ilustre Ministro Mercadante, destacando que se tratava de um
8 amigo pessoal, detentor de grande bagagem intelectual e política. Declarou que o Ministro
9 Mercadante havia expressado interesse em estreitar as relações com o CODEFAT/MTE, fazendo
10 questão de comparecer a presente reunião a fim de justificar a demanda de R\$220,0 milhões para o
11 FAT Pró-Inovação. Informou que o MTE teria a maior satisfação em aprofundar a parceria com o
12 MCT, especialmente na área de tecnologia de ponta, fundamental ao desenvolvimento do Brasil,
13 solicitando aos Conselheiros, antecipadamente, o apoio para o aprofundamento da relação com o
14 MCT. O Ministro Mercadante agradeceu as palavras do Ministro Lupi, destacando que o mesmo
15 havia sido um parceiro decisivo no governo do Presidente Lula, defendendo os interesses dos
16 trabalhadores, acrescentando que certamente seria de grande importância também para o governo da

17 Presidenta Dilma. Saudou a todos os Conselheiros, especialmente a bancada dos trabalhadores e,
18 em seguida, registrou as presenças do Presidente da FINEP, Sr. Glauco Antonio Truzzi Arbix,
19 responsável pelo desenho do Observatório da Inovação, e do Secretário-Executivo do MCT, Sr.
20 Luiz Antonio Rodrigues Elias, destacando que esse havia desempenhado um grande trabalho na
21 gestão anterior e daria continuidade na atual. Ressaltou a importância da inovação tecnológica para
22 o desenvolvimento do País, exemplificando os casos de sucesso da Empresa Brasileira de
23 Aeronáutica S/A – EMBRAER, da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA, e
24 da Petróleo Brasileiro S/A - PETROBRAS. Destacou que havia um desafio central na inovação, não
25 tendo como ser competitivo no mundo atual, gerar emprego e crescer de forma sustentada, se não
26 tivesse como articular ciência e tecnologia com o chão da fábrica, especialmente na indústria.
27 Enfatizou algumas ações executadas pela FINEP: i) Inova Brasil - financiamento com encargos
28 reduzidos para a realização de projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação nas empresas; ii)
29 Juro Zero - financiamento ágil, sem exigência de garantias reais, burocracia reduzida para
30 atividades inovadoras de produção e comercialização em pequenas empresas atuantes em setores
31 priorizados pela Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior - PITCE; iii) Subvenção
32 Econômica - modalidade de apoio financeiro que permite a aplicação de recursos públicos não-
33 reembolsáveis diretamente em empresas, para compartilhar com elas os custos e riscos inerentes a
34 tais atividades; iv) Programa Primeira Empresa Inovadora - Prime – apoio a empreendimentos
35 nascentes com até dois anos de vida com recursos de subvenção econômica, durante 12 meses; e, v)
36 Programa Nacional de Incubadoras e Parques Tecnológicos – PNI - apoio ao planejamento, criação
37 e consolidação de incubadoras de empresas e parques tecnológicos. Propôs a criação de um
38 Observatório de Emprego, em parceria com o MTE, a fim de monitorar a geração de postos de
39 trabalho. Registrou que se encontrava em estudo a indicação de um representante do MTE para
40 ocupar uma das vagas do MCT no Conselho de Administração da FINEP, e de um representante das
41 Centrais Sindicais para o Conselho Consultivo da FINEP, que poderia ocorrer na forma de rodízio,
42 deixando a possibilidade de ser estudada futuramente a ampliação dessa representação. Relatou que
43 considerava importante a realização de um seminário entre o MTE e o MCT, nas dependências da
44 FINEP, para discutir as diretrizes da Política de Desenvolvimento Produtivo e da Política de
45 Ciência e Tecnologia. Sugeriu um pacto com o FAT, de quatro anos, a fim de avaliar o impacto dos
46 recursos alocados na FINEP quanto à geração de empregos. O Ministro Mercadante finalizou,
47 solicitando ao CODEFAT um voto de confiança, ressaltando a importância de construir uma agenda
48 estratégica de parcerias entre o MTE/CODEFAT e o MCT/FINEP, tendo como foco prioritário a
49 inovação e o emprego. O Ministro Lupi enfatizou a importância dessas parcerias, inclusive para
50 valorizar o papel do CODEFAT, destacando a importância dos investimentos em inovação para o
51 crescimento econômico. Em seguida, informou que precisaria se retirar da presente reunião para

52 atender compromisso de agenda, desejando a todos um bom trabalho. O Presidente do CODEFAT
53 agradeceu a participação do Ministro Lupi e solicitou ao Ministro Mercadante que permanecesse no
54 recinto, considerando as inúmeras inscrições sobre sua proposta. Declarou que havia entendido que
55 a FINEP seria uma entidade voltada à indústria, o que achava muito perigoso, pois o referido setor
56 já não era mais o carro-chefe da economia brasileira, observando que atualmente a inovação estava
57 mais dirigida para a área de serviços. Apontou que seria importante a indicação, também, de um
58 representante da bancada dos empregadores no CODEFAT para o Conselho Consultivo da FINEP.
59 O Ministro Mercadante concordou com a importância do setor de serviços na economia,
60 ressaltando, no entanto, que porção considerável desse setor dependia da indústria, que terceirizava
61 grande parte de suas atividades. Observou que a Confederação Nacional da Indústria – CNI já
62 representava os empregadores no Conselho Consultivo da FINEP, ressaltando que poderia ser
63 estudada a participação da CNS no referido Conselho. O Conselheiro Titular Representante da
64 CGTB, Sr. Uiraci Dantas de Oliveira, enfatizou a importância da inovação tecnológica e da
65 pesquisa científica para o desenvolvimento do País, bem como a necessidade de maior volume de
66 recursos para a micro e pequena empresa, sugerindo, quanto à participação dos trabalhadores no
67 Conselho Consultivo da FINEP, que fosse ampliado para o maior número possível de Centrais
68 Sindicais. O Conselheiro Suplente Representante da CTB, Sr. Joílson Antônio Cardoso do
69 Nascimento, declarou que a ciência e a tecnologia seriam fundamentais para a construção de um
70 projeto nacional de desenvolvimento econômico com valorização do trabalho, destacando que o ex-
71 ministro do MCT, Sr. Sérgio Resende, foi quem iniciou uma trajetória exitosa da política de ciência
72 e tecnologia no Brasil. O Conselheiro Titular Representante da Força Sindical, Sr. Sérgio Luiz
73 Leite, observou que nos últimos anos o CODEFAT discutiu bastante a qualificação profissional,
74 que se encontrava inteiramente ligada à questão da inovação tecnológica, defendendo uma
75 ampliação da parceria entre o MTE e o MCT também no que se referia à qualificação. O
76 Conselheiro Titular Representante da CUT, Sr. Quintino Marques Severo, declarou que a proposta
77 apresentada pelo Ministro Mercadante era diferenciada em termos de estratégia para o
78 desenvolvimento tecnológico, indicando por onde deveria caminhar e a quem atender, apontando
79 nova direção para a inovação. Considerou relevante a idéia do MCT de se criar um Observatório do
80 Emprego para acompanhar a geração de emprego a partir dos recursos do FAT, observando que
81 talvez fosse o caso de o CODEFAT aperfeiçoar esse instrumento para os seus Programas e Linhas
82 de Crédito. Observou que no momento de discutir a Programação Anual da Aplicação dos
83 Depósitos Especiais do FAT - PDE seria estabelecido qual o público deveria ser priorizado para ser
84 beneficiado com os recursos do FAT. O Conselheiro Titular Representante da CNS – Saúde, Sr.
85 José Carlos de Souza Abrahão, parabenizou o Ministro Mercadante pela idéia de criar um
86 Observatório do Emprego, informando que havia dois anos que a Confederação realizava

87 monitoramento do número de empregos gerados no setor de saúde, contando atualmente com mais
88 de 3 milhões de trabalhadores, destacando que mesmo no período da crise financeira o número de
89 admissões mensais foi sempre superior ao de demissões. O Conselheiro Suplente Representante da
90 CNTur, Sr. Plínio Sarti, ressaltou a importância da iniciativa do Ministro Mercadante de promover
91 o ingresso de um representante das Centrais Sindicais no Conselho Consultivo da FINEP,
92 acrescentando que assim como manifestado pela CNS, também gostaria de ver a CNTur
93 representada no referido Conselho. O Presidente passou a palavra ao Ministro Mercadante para
94 ponderações a respeito das manifestações dos Conselheiros. O Ministro Mercadante esclareceu que
95 os recursos do FAT destinados à FINEP praticamente não permitiam financiamento à micro e
96 pequena empresa, dado que o investimento em inovação era considerado como sendo de risco,
97 observando que os recursos para essa finalidade destinados a esse porte de empresa tinham caráter
98 não reembolsável. Destacou o excelente trabalho realizado pelo ex-ministro Sergio Resende à frente
99 do MCT, acrescentando que estavam trabalhando em uma transição de parceria absoluta. Ponderou
100 que o MCT e o MTE poderiam discutir uma política de formação complementar, de modo a
101 conceber algum programa de qualificação que utilizasse a rede de inclusão digital existente.
102 Observou que o Conselho Consultivo precisava ter um certo equilíbrio, explicando que um aumento
103 significativo no número de membros poderia implicar em perda de produtividade. O Conselheiro
104 Titular Representante da CNT, Sr. Otávio Vieira da Cunha Filho, referiu-se aos investimentos na
105 formação profissional, colocando o Serviço Social do Transporte - SEST e o Serviço Nacional de
106 Aprendizagem do Transporte - SENAT à disposição do MCT para discutir uma agenda propositiva
107 na direção da inovação tecnológica, enfatizando que o desenvolvimento do País dependeria de
108 investimentos em alta tecnologia. O Ministro Mercadante registrou que marcaria uma audiência
109 com a CNT para discutir uma parceria na área de inovação tecnológica e, também, na de segurança
110 do trânsito, haja vista o elevado número de acidentes graves e de mortes registrados no País.
111 Finalizou, ponderando que a FINEP era apenas uma instituição de fomento à pesquisa, ao
112 desenvolvimento, mas que desejava transformá-la em uma instituição financeira, ressaltando a
113 importância dos bancos públicos, especialmente o Banco do Brasil, a CAIXA e o BNDES, os quais
114 foram fundamentais para a superação da crise financeira que havia atingido o País. O Presidente
115 agradeceu a participação do Ministro Mercadante e, em seguida, deu as boas vindas aos novos
116 Conselheiros, Sr. Otávio Vieira da Cunha Filho e Sr. Leonardo Rolim Guimarães, representantes da
117 CNT e do MPS, respectivamente. Na sequência, o Presidente passou ao **II – APROVAÇÃO DE**
118 **ATA: ITEM 1 – Ata da 107ª Reunião Ordinária, realizada em 16 de dezembro de 2010. O**
119 **Presidente indagou se havia alguma manifestação, em não havendo, considerou aprovada a Ata em**
120 **referência.** Prosseguindo, passou ao **III – APRESENTAÇÕES: ITEM 2 – Pelo Banco do**
121 **Brasil/BB-DTVM, tema: Aplicação das disponibilidades financeiras do FAT no Fundo de**

122 **Investimento Financeiro Curto Prazo, BB-Extramercado.** O Representante da BB/DTVM, Sr.
123 Marcos Amaral, informou que a carteira FAT Extramercado, ao final do mês de janeiro último, se
124 encontrava no montante de R\$28,8 bilhões, aplicado integralmente em títulos públicos, sendo
125 78,08% em Letras Financeiras do Tesouro - LFT, 21,91% em Operações Compromissadas –
126 OPCOM, e cerca de 0,1% em Notas do Tesouro Nacional – NTN. Finalizou, informando que a
127 rentabilidade do FAT Extramercado nos últimos doze meses havia sido de 99,13% do Certificado
128 de Depósito Interbancário – CDI. O Presidente aproveitou o ensejo para questionar o Conselheiro
129 do MF a respeito da proposta de administrar o FAT Extramercado a custo zero. O Conselheiro
130 Titular Representante do MF, Sr. Marcus Pereira Aucélio, relatou que havia levado essa questão
131 para a Secretaria do Tesouro Nacional - STN, que dada algumas questões operacionais considerou
132 necessário efetuar um estudo junto com os técnicos do MTE a fim de verificar os fluxos dos títulos
133 com vencimentos mais longos. Relatou que esperava apresentar nos próximos meses proposta no
134 sentido de destinar os recursos do FAT Extramercado para a conta única do Tesouro Nacional,
135 visando maior rentabilidade e a eliminação do pagamento de taxas de administração. Na sequência,
136 o Presidente passou para ao **ITEM 3 – Pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e**
137 **Social - BNDES, tema: Cartão BNDES.** O Conselheiro Titular Representante do BNDES, Sr.
138 Selmo Aronovich, declarou que a apresentação sobre o Cartão BNDES caminhava no sentido de dar
139 continuidade ao esforço do Banco de demonstrar e promover a transparência das suas ações.
140 Informou que durante a apresentação seria distribuído aos Conselheiros material com a prestação de
141 contas dos depósitos especiais no BNDES, sugerindo sua leitura e o encaminhamento de
142 comentários e sugestões. O Representante do BNDES, Sr. Rodrigo Matos Huet Bacellar, relatou
143 que o cartão BNDES permitia o acesso ao crédito às micro e pequenas empresas, sendo conferido
144 um limite pré-aprovado e contando com a facilidade do comércio eletrônico, que permitia operações
145 em larga escala e a custos reduzidos. Esclareceu que o Cartão BNDES não possuía tarja magnética,
146 de modo que sua utilização ocorria somente no Portal BNDES, onde era inserido o número e a
147 validade do cartão para a realização das transações. Destacou que atualmente havia em torno de 365
148 mil estabelecimentos (micro, pequena e média empresa) que contavam com o Cartão BNDES,
149 somando R\$15,4 bilhões de reais em crédito pré-aprovado, em limite concedido pelos bancos
150 emissores. Listou a distribuição do cartão por setor, a saber: I) Comércio – 58%; II) Serviços –
151 23%; III) Indústria – 18%; e, IV) Agropecuária – 1%. Declarou que havia cerca de 27 mil
152 fornecedores credenciados, sendo 13 mil fabricantes e 14 mil distribuidores, e 145 mil produtos e
153 serviços cadastrados no Portal BNDES. Relatou que o Cartão operava com as bandeiras Visa e
154 Mastercard, tendo como parceiros o Banco do Brasil, a Caixa Econômica Federal, o Bradesco e o
155 Banrisul, acrescentando que o Itaú Unibanco também havia aderido ao Cartão, encontrando-se em
156 processo piloto para iniciar a fase de testes em sua unidade de Jundiaí/SP. O Representante do

157 BNDES finalizou, registrando que a micro e pequena empresa respondia por 98% dos cartões
158 emitidos, cumprindo assim o objetivo inicial do BNDES de permitir o acesso ao crédito a esse
159 público, que era o mais carente de recursos públicos. O Presidente abriu as inscrições para
160 manifestação e, em seguida, indagou sobre que tipo de produto poderia ser financiado pelo Cartão
161 BNDES e o porte de empresa que estaria apta a ser beneficiária pelo Cartão. O Representante do
162 BNDES esclareceu que o Cartão financiava somente produtos fabricados no Brasil que
163 apresentassem, no mínimo, 60% de índice de nacionalização, podendo ser beneficiárias as micro,
164 pequena e média empresas, ou seja, aquelas com faturamento bruto anual de até R\$90,0 milhões. O
165 Conselheiro da CUT indagou sobre a taxa de juros, o prazo para pagamento e o limite de crédito por
166 cartão. O Representante do BNDES informou que no mês de fevereiro a taxa de juros se encontrava
167 em 0,98%, sendo que a taxa vigente no momento da contratação da operação era utilizada para todo
168 o período contratado, que poderia ser de até 48 meses, sendo as parcelas em valores fixos e iguais,
169 com o limite de crédito de até R\$1,0 milhão por banco emissor, podendo ser acumulado se a
170 empresa obtivesse o cartão em mais de um agente financeiro. O Conselheiro da CTB indagou se
171 havia alguma estratégia para a distribuição regional dos desembolsos, tendo o Representante do
172 BNDES esclarecido que os bancos tinham abrangência nacional, com suas diferentes agências
173 contratando as operações, acrescentando que o Cartão BNDES estava presente em 76% dos
174 municípios brasileiros. Destacou o trabalho do BNDES no sentido de dar publicidade ao Cartão,
175 tendo sido realizadas campanhas publicitárias em rede nacional através de rádio, jornais e televisão,
176 visando divulgar o produto para que as empresas pudessem requerer crédito junto aos seus agentes
177 financeiros de relacionamento. Na sequência, o Presidente passou ao **ITEM 4 – Pelo**
178 **Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos - DIEESE, temas: 4.1 -**
179 **Estudo sobre a rotatividade da mão-de-obra; e, 4.2 - ISO 26000 – Diretrizes em**
180 **Responsabilidade Social.** O Presidente informou que não haveria apresentação sobre a ISO 26000,
181 haja vista que o Conselheiro da UGT, demandante desse assunto, justificou que não poderia
182 participar da presente reunião por motivos de saúde, passando a palavra ao técnico do DIEESE para
183 explanação sobre a rotatividade de mão-de-obra. O Representante do DIEESE, Sr. Clemente Ganz
184 Lúcio, agradeceu a colaboração do MTE, especialmente do Vice-Presidente e do Secretário-
185 Executivo do CODEFAT, para a realização desse trabalho sobre a rotatividade de mão-de-obra,
186 ressaltando sua importância para o Ministério em relação ao conjunto das políticas públicas de
187 emprego, em especial na questão do seguro desemprego e da formação profissional. Informou que a
188 conclusão dos trabalhos se daria com a publicação de um livro a ser divulgado provavelmente na
189 segunda quinzena de abril, acrescentando que estavam iniciando a produção de uma segunda
190 geração de informações visando aprofundar algumas conclusões oriundas do presente estudo.
191 Observou que se verificava ao longo do tempo uma performance semelhante entre o volume de

192 estoques de trabalho registrado em 31 de dezembro de cada ano pela Relação Anual de Informações
193 Sociais – RAIS e o contingente de pessoas que tiveram vínculos de trabalho rompidos, ou seja,
194 havia aparentemente, por uma série histórica mais longa, certa estrutura permanente de
195 comportamento no mercado de trabalho, geralmente denominada de rotatividade. Relatou que os
196 dados de 2000 a 2009 mostravam que dois terços dos vínculos eram rompidos com menos de 1 ano
197 de duração, o que caracterizava um tempo de trabalho extremamente curto, acrescentando que isso
198 fazia o trabalhador rodar mais entre um emprego e outro, impactando diretamente no seguro-
199 desemprego. Declarou que 52% dos rompimentos de contrato de trabalho se davam por iniciativa
200 do empregador, e 20% por solicitação do empregado. Apontou que havia sido observada a
201 existência de um grupo de 5 a 6 milhões de trabalhadores que todo ano rodava na economia
202 brasileira, tendo postos de trabalho em diferentes pessoas jurídicas. Indicou que os setores mais
203 intensivos em rotatividade de mão-de-obra eram os da agricultura, construção civil, comércio
204 varejistas, comércio e administração de imóveis, serviços e comércio de móveis, e serviço de
205 alojamento e alimentação. Afirmou que os dados mostravam que a rotatividade caracterizava-se por
206 uma redução da remuneração média dos trabalhadores em relação aqueles com vínculos mais
207 estáveis, concluindo-se que quanto mais frágil a relação de trabalho, quanto maior o número de
208 rompimentos de vínculo empregatício, menor se apresentava a média remuneratória. O
209 Representante do DIEESE finalizou, observando que 12 milhões de desligamentos (do total de 19
210 milhões) foram efetuados por 111 mil estabelecimentos (do total de 2,3 milhões), ou seja, 5,5% dos
211 estabelecimentos realizaram 62% dos desligamentos, acrescentando que a alta rotatividade ocorria
212 nos estabelecimentos que realizavam mais de 25 rompimentos de contratos anualmente, isto é, nas
213 médias e grandes empresas. O Presidente destacou a importância desse estudo no sentido de
214 dimensionar o problema da rotatividade de mão-de-obra e os seus reflexos nos custos e nas
215 despesas do FAT, especialmente no seguro-desemprego, ressaltando que não haveria tempo de
216 promover um debate sobre o tema na presente reunião, o que poderia ocorrer em outra
217 oportunidade. Em seguida, abriu as inscrições para manifestação. O Conselheiro Suplente
218 Representante do MDA, Sr. João Luiz Guadagnin, questionou sobre o papel do seguro-desemprego
219 no estímulo à rotatividade, ao que o Representante do DIEESE informou que isso seria tratado na
220 próxima etapa do estudo. O Conselheiro da CTB ponderou que a rotatividade era uma matéria
221 muito cara para o movimento sindical, registrando a necessidade de se promover um debate
222 aprofundado sobre o tema. O Vice-Presidente do CODEFAT e Conselheiro Titular Representante
223 do MTE, Sr. Carlo Roberto Simi, enfatizou a importância do estudo sobre a rotatividade,
224 observando a necessidade de ser aprofundado pelo DIEESE, buscando-se mais dados, inclusive
225 nessa relação com o seguro-desemprego. Declarou que esse tema era tão relevante que merecia ser
226 tratado em um espaço específico, de modo a discutir medidas para modificar o quadro atual de

227 rotatividade. O Presidente sugeriu a realização de um debate sobre a rotatividade somente após a
228 conclusão da segunda parte dos estudos pelo DIEESE, de modo a enriquecer as discussões. O
229 Conselheiro da Força Sindical propôs a realização de uma oficina de trabalho para aprofundar o
230 debate a respeito da rotatividade, dada sua relevância e complexidade. O Presidente informou que
231 aguardariam a conclusão da segunda fase dos trabalhos por parte do DIEESE, a partir da qual seria
232 marcado um seminário para discussão da rotatividade de mão-de-obra. Na sequência, declarou
233 intervalo de uma hora para o almoço. Retomando os trabalhos, o Presidente passou ao **IV –**
234 **ASSUNTOS PARA DELIBERAÇÃO: ITEM 5 – Ratificação da Resolução nº 658, de 30 de**
235 **dezembro de 2010, aprovada *ad referendum*, que dispõe sobre o reajuste do valor do benefício**
236 **seguro-desemprego.** O Secretário-Executivo do CODEFAT, Sr. Rodolfo Péres Torelly, esclareceu
237 que em razão da edição da Medida Provisória nº 516, de 30 de dezembro de 2010, a qual havia
238 reajustado o valor do salário mínimo de R\$510,00 para R\$540,00, tornou-se necessária a
239 atualização da tabela de pagamento do seguro-desemprego, sendo estimado impacto financeiro ao
240 FAT da ordem de R\$1,3 bilhão. O Presidente indagou se havia alguma manifestação, em não
241 havendo, considerou ratificada a aprovação da Resolução nº 658/2010. Na sequência, passou ao
242 **ITEM 6 – Ratificação da Resolução nº 659, de 17 de janeiro de 2011, aprovada *ad referendum*,**
243 **que dispõe sobre ampliação do benefício do Seguro-Desemprego aos trabalhadores**
244 **beneficiários, nos municípios em estado de calamidade pública, em virtude das enchentes**
245 **locais.** O Secretário-Executivo do CODEFAT relatou que essa medida havia prolongado por até
246 dois meses, em caráter excepcional, a concessão do benefício do seguro-desemprego aos
247 trabalhadores demitidos por empregadores com domicílio nos municípios atingidos pelas enchentes,
248 que tenham sido objeto de declaração de calamidade pública mediante portaria do Ministério da
249 Integração Nacional, observando que estariam habilitados: I) os beneficiários do seguro-
250 desemprego, com a última parcela vincenda nos meses de janeiro e fevereiro de 2011; e, II) os
251 trabalhadores demitidos no período compreendido entre janeiro e fevereiro de 2011, que façam *jus*
252 ao benefício seguro-desemprego. O Presidente abriu as inscrições para manifestação. O Conselheiro
253 da CGBT indagou quantos seriam os municípios já decretados em estado de calamidade pública,
254 tendo o Secretário-Executivo do CODEFAT informado que até o momento havia nove municípios
255 nessa condição, sendo 8 no Rio de Janeiro e 1 em Minas Gerais. O Conselheiro da CUT aproveitou
256 o ensejo para registrar a existência de boato de que havia postos do SINE dificultando o acesso ao
257 benefício do seguro-desemprego, no sentido de primeiro oferecer alternativas de emprego ao
258 trabalhador. O Secretário-Executivo do CODEFAT afirmou que não havia nenhuma orientação do
259 MTE nesse sentido, esclarecendo que havia sido concebido um novo sistema, denominado de Mais
260 Emprego, onde o trabalhador ao se cadastrar para o seguro-desemprego automaticamente era
261 inscrito para vaga de emprego, mas sem qualquer prejuízo à concessão do benefício do seguro-

262 desemprego. O Presidente indagou se havia mais alguma observação, em não havendo, considerou
263 ratificada a aprovação da Resolução nº 659/2011. Em seguida, passou ao **ITEM 7 – Termos**
264 **Aditivos – TA aos Termos de Alocação de Depósito Especial do FAT – TADE, realizados no**
265 **mês de dezembro de 2010.** O Secretário-Executivo do CODEFAT declarou que no período em
266 referência havia sido celebrado um Termo Aditivo - TA com o BNDES, no valor de R\$250,0
267 milhões, para alocação no âmbito do FAT Fomentar – Micro e Pequenas Empresas. O Presidente
268 indagou se havia alguma observação, em não havendo, considerou aprovado o Item em tela. Na
269 sequência, o Presidente passou ao **ITEM 8 – Proposta de Resolução que institui a Linha de**
270 **Crédito Especial FAT Infra-Estrutura - Reconstrução de Bem Público.** O Presidente informou
271 que o Conselheiro do MF havia solicitado autorização para se manifestar antes de iniciar a
272 apresentação desse Item, haja vista que precisaria deixar a reunião para atender outro compromisso.
273 O Conselheiro do MF agradeceu pela compreensão, explicando que sua retirada da reunião se
274 justificaria em razão da necessidade de participar de uma reunião às 19 horas no estado do Rio de
275 Janeiro, observando que como não houve tempo para convocar seu suplente para a presente reunião,
276 seria substituído pelo Sr. Daniel de Souza Galvão. Declarou que os municípios, para tomar crédito,
277 dependiam de autorização do Conselho Monetário Nacional - CMN, caso contrário não teriam
278 acesso aos recursos, acrescentando que o MF solicitava que o tema fosse apreciado somente após
279 deliberação do CMN a respeito do tema, declarando voto contrário a linha de crédito em referência.
280 O Presidente registrou o voto do MF e, em seguida, solicitou a área competente que iniciasse a
281 apresentação do Item. O Titular da Coordenação-Geral de Recursos do FAT – CGFAT, Sr. Paulo
282 Cesár Bezerra de Souza, ressaltou as dificuldades por que passou a região serrana do estado do Rio
283 de Janeiro, no início desse ano, onde catástrofes naturais afetaram várias comunidades locais,
284 resultando na morte de centenas de pessoas e na destruição de bens públicos. Destacou que os
285 recursos alocados na região, até o presente momento, inclusive com taxas equalizadas pelo Tesouro
286 Nacional, alcançavam somente a iniciativa privada. Esclareceu que essa proposta de resolução, no
287 valor de R\$500,0 milhões, destinada às prefeituras, visava o financiamento de projetos para
288 recuperação de obras públicas de municípios afetados por calamidades naturais, reconhecidas pelo
289 Governo Federal, bem como estimular o investimento e o emprego nos setores de atividades
290 econômicas desses municípios, estabelecendo-se o teto financiável em função da população do
291 município, conforme a seguir: I) até 50.000 habitantes – até R\$10,0 milhões; II) de 50.001 até
292 100.000 habitantes – até R\$20,0 milhões; III) de 100.001 até 300.000 habitantes – até R\$30,0
293 milhões; e, IV) acima de 300.000 habitantes – até R\$50,0 milhões. Observou que a presente linha se
294 destinaria a todos os municípios brasileiros objeto de decreto de calamidade pública, ressaltando
295 que foi dado o exemplo dos municípios do Rio de Janeiro em função da dimensão do desastre que
296 atingiu a sua região serrana. Esclareceu que essa proposta teria por finalidade contribuir para o

297 ressurgimento da vida social e econômica dos municípios afetados por calamidades públicas, com
298 foco na geração de trabalho, emprego e renda. O Coordenador-Geral da CGFAT concluiu, relatando
299 que o GTFAT havia recomendado à inclusão de um parágrafo que priorizasse os trabalhadores
300 locais e o emprego decente, de modo que o Ministério estava sugerindo a inclusão do parágrafo 2º
301 ao art. 5º da proposta de resolução em tela, conforme a seguir: § 2º *Os interessados em ter acesso*
302 *aos financiamentos de que trata esta Resolução deverão estabelecer que na execução dos trabalhos*
303 *de recuperação de obras públicas de infra-estrutura seja preferencialmente utilizada mão de obra*
304 *local, buscando a criação de um ambiente adequado à geração de emprego produtivo e ao*
305 *trabalho decente para todos.* O Presidente abriu as inscrições para manifestação. O Conselheiro da
306 CUT questionou se seria possível remanejar os recursos dessa Linha no caso de negativa do CMN,
307 ao que o Secretário-Executivo do CODEFAT esclareceu que caso isso viesse a ocorrer não haveria
308 nenhum impedimento de efetuar o remanejamento para outras linhas de crédito. O Conselheiro da
309 CTB defendeu a aprovação dessa proposta de resolução, ressaltando que seria fundamental para a
310 recuperação do bem público, haja vista que as prefeituras não teriam condições de realizar essa
311 tarefa apenas com recursos próprios. O Conselheiro Suplente Representante do BNDES, Sr. Paulo
312 Libergott, ponderou que o BNDES se posicionava a favor dessa proposta de resolução, no entanto,
313 considerava temerária sua aprovação antes do posicionamento do CMN a respeito da capacidade de
314 endividamento dos municípios. O Representante do MF, Sr. Daniel de Souza Galvão, relatou que
315 mesmo considerando toda a autonomia do CODEFAT, e por mais meritória que fosse a proposta
316 em tela, a sua aprovação poderia causar constrangimento no caso de negativa do CMN, de modo
317 que o MF encontrava prudente adiar a deliberação dessa matéria até a decisão do CMN a respeito
318 do tema. O Conselheiro da CTB propôs a aprovação da presente proposta de resolução, até como
319 um gesto político, e que a partir disso o CODEFAT buscasse o apoio necessário para resolver os
320 problemas que porventura se apresentassem. Elogiou o ajuste efetuado no artigo 5º, parabenizando
321 a sensibilidade de quem havia redigido o parágrafo, especialmente quanto a utilização de mão-de-
322 obra local e ao trabalho decente para todos, sendo importante esse registro. O Presidente declarou
323 que a Linha em referência estaria condicionada à decretação de calamidade pública pelo Governo
324 Federal, bem como à aprovação do CMN quanto a capacidade de endividamento dos municípios. O
325 Presidente indagou se havia mais alguma manifestação, em não havendo, considerou aprovado o
326 Item em tela, registrando o voto contrário do MF. A seguir, passou ao **ITEM 9 – Proposta de**
327 **Resolução que aprova a Programação Anual da Aplicação dos Depósitos Especiais do FAT**
328 **para o exercício de 2011 – PDE/2011.** O Coordenador-Geral da CGFAT esclareceu que o
329 MTE/CODEFAT alocava os recursos do FAT para programas de desenvolvimento econômico de
330 geração de emprego e renda, por meio de empréstimos ao BNDES, em consonância com o art. 239
331 da Constituição Federal, e mediante depósitos especiais, de acordo com a Lei nº 8.352, de 28 de

332 dezembro de 1991. Declarou que os depósitos especiais eram destinados ao financiamento de
333 programas de geração de emprego e renda, por intermédio das instituições financeiras oficiais
334 federais, observando que diferentemente do empréstimo constitucional direcionado ao BNDES, os
335 depósitos especiais tinham amortizações com prazos menores de exigibilidade, constituindo-se em
336 importante componente das entradas de recursos no FAT, com impactos positivos no fluxo de caixa
337 do Fundo. O Coordenador-Geral da CGFAT declarou que o FAT fechou o exercício de 2010 com
338 receitas de R\$40,92 bilhões e obrigações (despesas + empréstimos ao BNDES) de R\$41,33 bilhões,
339 o que resultou em um déficit operacional de R\$409,0 milhões, sendo este déficit 82,5% inferior ao
340 registrado no exercício de 2009 (R\$2,34 bilhões). Relatou que o MTE estava estimando para o
341 FAT, no exercício de 2011, receitas de R\$44,65 bilhões e despesas de R\$47,52 bilhões, ou seja, se
342 confirmadas às previsões, haverá déficit operacional da ordem de R\$2,87 bilhões. Declarou que
343 como resultado do fluxo de caixa do FAT, no exercício de 2011 estimava-se aplicar em depósitos
344 especiais o montante de até R\$3,5 bilhões de novos recursos, distribuído entre Programas (R\$2,6
345 bilhões) e Linhas de Crédito Especial (R\$900,0 milhões). Apresentou a distribuição dos recursos
346 por Programas: i) PROGER Urbano - R\$1,23 bilhão; ii) FAT Fomentar – R\$750,0 milhões; iii)
347 PRONAF – R\$300,0 milhões; iv) FAT Pró-Inovação – R\$220,0 milhões; v) FAT Infra-Estrutura –
348 R\$50,0 milhões; e, vi) FAT PNMPO – R\$50,0 milhões. Em seguida, apresentou a distribuição por
349 Linhas de Crédito Especial: i) FAT Infraestrutura – Reconstrução de Bem Público – R\$500,0
350 milhões; ii) FAT Giro Setorial – R\$200,0 milhões; iii) FAT Taxista – R\$100,0 milhões; e, iv) FAT
351 Moto Frete – R\$100,0 milhões. Declarou que a distribuição dos recursos tinha por premissa o
352 investimento em micro e pequenas empresas, geradoras de emprego, trabalho e renda, e o
353 investimento em desenvolvimento. Relatou que a CUT havia apresentado na reunião do GTFAT as
354 seguintes propostas de alteração: I) aumentar os recursos do Programa Nacional de Microcrédito
355 Produtivo Orientado - PNMPO de R\$50,0 milhões para R\$100,0 milhões; II) aumentar os recursos
356 do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF de R\$300,0 milhões
357 para R\$400,0 milhões; e, III) destinar R\$200,0 milhões para cooperativas de crédito. Explicou que
358 em 2010 foi aprovado R\$40,0 milhões para o FAT PNMPO, dos quais foram solicitados apenas
359 R\$20,0 milhões, ressaltando que ainda assim o Ministério estava propondo R\$50,0 milhões para
360 esse Programa. Observou que um aumento de R\$100,0 para o PRONAF implicaria na redução de
361 igual valor de outro programa ou linha de crédito especial, enfatizando que o PRONAF já contava
362 para o Plano Safra 2010/2011 com recursos de R\$16,0 bilhões equalizáveis pelo Tesouro Nacional.
363 O Coordenador-Geral da CGFAT finalizou, esclarecendo que os recursos para cooperativas já
364 estavam disponíveis no PROGER, não havendo necessidade de carimbar os valores, o que poderia
365 engessar ainda mais o Programa. O Presidente abriu as inscrições para manifestação. O Conselheiro
366 do MDA endossou a proposta da CUT de aumentar em R\$100,0 milhões os recursos para o

367 PRONAF, explicando que os recursos dos depósitos especiais eram investidos na aquisição de
368 máquinas e implementos agrícolas, irrigando a indústria e todos os serviços relacionados ao campo.
369 O Conselheiro da CUT indicou a necessidade de concentrar esforços no sentido de deslançar o
370 programa FAT PNMPO, observando que havia cerca de 55 mil operações de microcrédito, com
371 valor médio de R\$1,4 mil. Explicou que um aumento de R\$50,0 milhões para o FAT PNMPO
372 permitiria, no mínimo, a contratação de mais 35 mil operações de microcrédito, possibilitando a
373 geração de emprego e renda, que era a essência do FAT. Declarou que o PRONAF, assim como o
374 microcrédito, também propiciava geração de emprego e renda, o que justificaria a solicitação de
375 mais R\$100,0 milhões para o referido Programa. Registrou, quanto as cooperativas, que se fazia
376 necessário estudar a criação de uma linha de crédito de capital de giro no âmbito do PROGER Rural
377 destinada à agricultura familiar. O Conselheiro da CUT finalizou, apontando o remanejamento de
378 parte dos recursos da reaplicação no FAT Exportar, estimados em R\$213,7 milhões, como
379 alternativa para atender o aumento de recursos propostos para o FAT PNMPO e o PRONAF, pois o
380 FAT Exportar apresentava 29 operações no valor médio de R\$7,13 milhões, questionando se o
381 referido Programa estava gerando emprego. O Conselheiro do BNDES ponderou que seria
382 complicado para o Banco intervir nos valores da reaplicação do FAT Exportar, haja vista que se
383 tratava apenas de estimativa de recursos, ressaltando que o Programa gerava emprego e contribuía
384 para a modernização e aumento de competitividade das empresas exportadoras. Sugeriu a
385 aprovação da PDE conforme proposta do MTE, ponderando que na próxima reunião ordinária o
386 Conselho poderia avaliar a execução das linhas de crédito no sentido de promover o remanejamento
387 daquelas que não estivessem rodando. O Conselheiro Titular Representante do MPS, Sr. Leonardo
388 José Rolim Guimarães, observou que a linha FAT Infra-Estrutura - Reconstrução de Bem Público,
389 aprovada na presente reunião, corria o risco de não ser viável em função de uma deliberação do
390 CMN, de modo que também considerou sensato aprovar a proposta do MTE e, numa próxima
391 oportunidade, rediscutir as linhas de crédito. O Representante do FONSET, Sr. Elias Nunes
392 Dourado, considerou importante discutir recursos para o microcrédito, para o cooperativismo e para
393 o PRONAF, ressaltando a necessidade de buscar mecanismos que efetivassem a chegada dos
394 recursos a quem de direito. O Conselheiro da CUT ponderou que a proposta da Central não
395 afrontava a do MTE, mas complementava, buscando atender os que mais precisavam de apoio,
396 aqueles com maior dificuldade de acesso ao crédito. O Vice-Presidente observou haver um
397 consenso entre os Conselheiros de que as linhas do CODEFAT deveriam beneficiar os mais
398 necessitados e promover a geração de empregos, sugerindo a aprovação da PDE/2011 conforme
399 apresentada pelo MTE. Registrou que em uma próxima reunião poderiam avaliar o desempenho das
400 linhas a fim de verificar se estavam rodando a contento, ressaltando que caso fosse constatada
401 alguma com rendimento inferior ao esperado, poderia se estudar o remanejamento de seus recursos

402 para outra com maior efetividade. O Presidente indagou se havia mais alguma manifestação, em não
403 havendo, considerou aprovada a PDE/2011 conforme proposta apresentada pelo MTE. Em seguida,
404 passou ao **V – INFORMES: ITEM 10 – Posicionamento da CGI/MTE sobre o**
405 **desenvolvimento do SIGFAT;** e **ITEM 11 – Apuração sobre uso indevido do Seguro-**
406 **Desemprego Pescador Artesanal no Estado do Pará;** e ao **VI - OUTROS ASSUNTOS: ITEM**
407 **12 – Entrega dos seguintes documentos: Boletim de Informações Financeiras do FAT –**
408 **dezembro/2010 e Relatório da Execução da PDE – REL-PDE.** O Presidente esclareceu que os
409 documentos relativos aos Itens 10 a 12 se encontravam na mídia digital distribuída a cada
410 Conselheiro no início dos trabalhos, na qual continha todo o material da presente reunião. Na
411 sequência, o Presidente passou ao **EXTRA PAUTA: Proposta de Resolução que dispõe sobre a**
412 **prorrogação, em caráter excepcional, do período de recepção do Requerimento do Seguro-**
413 **Desemprego Pescador Artesanal.** O Representante do Ministério da Pesca e Aquicultura – MPA,
414 Sr. Sebastião Saldanha Neto, esclareceu que havia ocorrido um atraso na expedição de parte das
415 carteiras dos pescadores em decorrência da adoção de algumas medidas complementares adotadas
416 pelo MPA no sentido de efetivar um controle mais criterioso na emissão das mesmas, inclusive
417 mediante o cruzamento de dados com o Cadastro Nacional de Informações Sociais – CNIS e o
418 Cadastro Geral de Empregados e Desempregados - CAGED. Indicou que esse cruzamento de
419 informações acarretou em atrasos no processamento dos dados do MPA e, conseqüentemente, na
420 emissão das carteiras de pescadores, razão pela qual solicitavam prorrogação, pelo prazo de 30 dias,
421 do período de recepção do supracitado requerimento. O Presidente indagou se havia alguma
422 observação, em não havendo, considerou aprovada a Proposta de Resolução constante do Extra
423 Pauta em referência. **ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar e esgotada a Pauta, o
424 Presidente deu por encerrada a reunião, agradecendo a presença de todos. E, para constar, eu,
425 Rodolfo Péres Torelly, Secretário-Executivo do CODEFAT, lavrei a presente Ata que, após
426 aprovada, será assinada pelo Presidente do CODEFAT, demais membros do Colegiado e por mim.

LUIGI NESE
Presidente do CODEFAT e
Conselheiro Titular Representante da CNS

CARLO ROBERTO SIMI
Vice-Presidente do CODEFAT e
Conselheiro Titular Representante do MTE

RODOLFO PÉRES TORELLY
Secretário-Executivo do CODEFAT

MARCUS PEREIRA AUCÉLIO
Conselheiro Titular Representante do MF

Continuação da Ata da 108ª Reunião Ordinária do CODEFAT

LEONARDO JOSÉ ROLIM GUIMARÃES
Conselheiro Titular Representante do MPS

SELMO ARONOVICH
Conselheiro Titular Representante do BNDES

PAULO LIBERGOTT
Conselheiro Suplente Representante do BNDES

RENATO ANTONIO HENZ
Conselheiro Suplente Representante do MAPA

JOÃO LUIZ GUADAGNIN
Conselheiro Suplente Representante do MDA

QUINTINO MARQUES SEVERO
Conselheiro Titular Representante da CUT

SÉRGIO LUIZ LEITE
Conselheiro Titular Representante da Força Sindical

UBIRACI DANTAS DE OLIVEIRA
Conselheiro Titular Representante da CGTB

JOÍLSON ANTÔNIO CARDOSO DO NASCIMENTO
Conselheiro Suplente Representante da CTB

OTÁVIO VIEIRA DA CUNHA FILHO
Conselheiro Titular Representante da CNT

JOSÉ CARLOS DE SOUZA ABRAHÃO
Conselheiro Titular Representante da CNS – Saúde

PLÍNIO SARTI
Conselheiro Suplente Representante da CNTur

ALEXANDRE VENZON ZANETTI
Conselheiro Suplente Representante da CNS – Saúde
